devem contudo continuar ao abrigo do Código de Inválidos;

Usando da faculdade conferida pela 2.^a parte do n.º 2.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Ao artigo 4.º do decreto n.º 21:990, de 16 de Dezembro de 1932, é acrescentado o seguinte:

- g) Incapaz do serviço activo;
- h) Incapaz de todo o serviço.

Art. 2.º Ao artigo 5.º do mesmo decreto é acrescentado o seguinte:

6.º Os oficiais e praças de pré que forem considerados nas situações a que se referem as alíneas g) e h), o que só poderá ter lugar quando a junta de que trata o presente decreto entender que as doenças ou lesões que determinarem tais decisões nenhuma relação têm com o serviço de campanha ou com o serviço como tal considerado, perdem a qualidade de inválidos de guerra, ficando por isso apenas ao abrigo da legislação geral.

Art. 3.º As alterações do decreto n.º 21:990, de 16 de Dezembro de 1932, constantes do presente decreto com força de lei consideram-se em vigor a partir da data em que o referido decreto n.º 21:990 entrou em execução.

Publique-se e cumpra-se como nelle se contém.

Paços do Governo da República, 27 de Junho de 1935.— **ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA** — *António de Oliveira Salazar* — *Henrique Linhares de Lima* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Abílio Augusto Valdez de Passos e Sousa* — *Anibal de Mesquita Guimarães* — *Armando Rodrigues Monteiro* — *Duarte Pacheco* — *José Silvestre Ferreira Bossa* — *Eusébio Tamagnini de Matos Encarnação* — *Sebastião Garcia Ramires* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

2.ª Direcção Geral

3.ª Repartição

Portaria n.º 8:151

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Guerra, que o disposto no n.º 2.º, do segundo caso, da portaria n.º 3:545, de 20 de Abril de 1923, é aplicável aos oficiais que desempenhem por acumulação com qualquer outro cargo militar funções docentes (professores, assistentes ou instrutores) dentro da mesma escola ou em qualquer outra, mas, em ambos os casos, naquelas a que se refere a relação da circular n.º 83, de 30 de Dezembro de 1927, da extinta 5.ª Repartição da 2.ª Direcção Geral do Ministério da Guerra e constante da determinação v da *Ordem do Exército* n.º 5, 1.ª série, de 1928, desde que as nomeações para os dois cargos sejam publicadas em *Ordem do Exército*, entendendo-se por «gratificação» a de comissão ou comando e a escolar.

Ministério da Guerra, 27 de Junho de 1935.— O Ministro da Guerra, *Abílio Augusto Valdez de Passos e Sousa*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Serviços Administrativos

Decreto-lei n.º 25:549

Tornando-se indispensável modificar urgentemente a dotação para despesas de material e expediente do Con-

sulado Geral do Portugal em Bombaim, constante do mapa n.º 2 anexo ao decreto-lei n.º 24:098, de 29 de Junho de 1934;

Usando da faculdade conferida pela 2.^a parte do n.º 2.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É fixada em 79.000\$ anuais a dotação para despesas de material e expediente do Consulado Geral de Portugal em Bombaim.

Art. 2.º Fica desta forma alterado o mapa n.º 2 anexo ao decreto-lei n.º 24:098, de 29 de Junho de 1934, na parte relativa ao Consulado Geral de Portugal em Bombaim.

Art. 3.º Fica o Governo autorizado a efectuar dentro do orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros para o ano económico de 1934-1935 as alterações necessárias para a execução d'este decreto.

Publique-se e cumpra-se como nelle se contém.

Paços do Governo da República, 27 de Junho de 1935.— **ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA** — *António de Oliveira Salazar* — *Henrique Linhares de Lima* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Abílio Augusto Valdez de Passos e Sousa* — *Anibal de Mesquita Guimarães* — *Armando Rodrigues Monteiro* — *Duarte Pacheco* — *José Silvestre Ferreira Bossa* — *Eusébio Tamagnini de Matos Encarnação* — *Sebastião Garcia Ramires* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

7.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 25:550

Com fundamento nas disposições do artigo 2.º do decreto-lei n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, depois de ouvido o Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério dos Negócios Estrangeiros, um crédito especial da quantia de 378.000\$, destinado a reforçar as seguintes dotações no orçamento do segundo dos mencionados Ministérios em vigor no ano económico de 1934-1935:

Artigo 23.º, n.º 3) Despesas de deslocação, subsídios de viagem e de marcha:

Alínea a) Pessoal diplomático	52.000\$00
Alínea b) Pessoal consular	150.000\$00

Artigo 23.º, n.º 4) Despesas de instalação:

Alínea a) Pessoal diplomático	82.000\$00
Alínea b) Pessoal consular	94.000\$00

Total a reforçar 378.000\$00

Art. 2.º Para fazer face às despesas de que trata o artigo antecedente, nas dotações abaixo mencionadas do referido orçamento são eliminadas as seguintes quantias:

Artigo 22.º, n.º 1), alínea a) Vencimentos do pessoal diplomático	35.000\$00
Artigo 22.º, n.º 1), alínea b) Despesas de representação, renda da casa e material e expediente do pessoal diplomático	65.000\$00
Artigo 22.º, n.º 1), alínea c) Vencimentos do pessoal consular	20.000\$00
Artigo 22.º, n.º 1), alínea d) Despesas de residência e material e expediente do pessoal consular	42.000\$00
Artigo 22.º, n.º 3) Pessoal contratado	5.000\$00
Artigo 23.º, n.º 1), alínea a) Ajudas de custo e subsídios a consulados de 4.ª classe e vice-consulados	11.700\$00
Artigo 23.º, n.º 5), alínea a) Abonos suplementares ao pessoal diplomático	92.000\$00